

A INSURGÊNCIA DA CARTOGRAFIA NA PRODUÇÃO DE SABERES EXPERENCIAIS DE DOCENTES INDÍGENAS NO EDUCAR EM DIREITOS HUMANOS

Zenilde Rodrigues Costa
Maria do Socorro Borges da Silva

Resumo

O presente artigo analisa o uso da cartografia como metodologia da pesquisa, que potencializa modos de insurgência e engajamento do pesquisador e do percurso de produção de dados com saberes experienciais de docentes indígenas sobre *educar em direitos humanos*. A pesquisa foi desenvolvida na terra indígena Cana Brava, território do povo Guajajara, no Maranhão. Trata-se de um recorte da pesquisa de mestrado em educação da Universidade Federal do Piauí (UFPI), da linha de pesquisa Educação, Diversidades, Diferenças e Inclusão, sob aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da UFPI, recebendo o parecer elaborado em conformidade com a Portaria 941/2022 do CNPq, relativo ao Mérito Científico da Pesquisa, pois apresenta questões instigantes a respeito da importância dos saberes indígenas para embasar políticas de *educação em direitos humanos*, descolonizando-a. Epistemologicamente, alinha-se a uma perspectiva decolonial e contra-colonial de estudos e pesquisas, encontrando na cartografia com Deleuze e Guatarri (1995, 2010), Passos e Kastrup (2014), Rolnik (2018) fundamentos que dialogam com autores indígenas, como Ailton Krenak (2020, 2021), Daniel Munduruku (2017), Márcia Kambeba (2020), Viveiros (2014) e outros que subsidiam sobre Direitos Humanos, a exemplo de Candau (2018) e Baldi (2014). Metodologicamente, o estudo usa os *círculos culturais* como dispositivo cultural do grupo pesquisador formado por docentes indígenas. O modo de pesquisar da Cartografia é também um modo de *educar em direitos humanos*, enfatizando a experiência (Larrosa, 2016), bem como a produção de dados como uma itinerância nômade, circular e comunitária, a partir dos saberes da cultura local numa transversalidade rizomática de resistência. Assim, expressa-se como uma insurgência ao projeto de colonialidade que subsidiou a ciência moderna.

Palavras-chave: cartografia; saberes; indígenas; educação em direitos humanos.

THE INSURGENCE OF CARTOGRAPHY IN THE PRODUCTION OF EXPERIENTIAL KNOWLEDGE OF INDIGENOUS TEACHERS IN EDUCATION IN HUMAN RIGHTS

Abstract

This article analyzes the use of cartography as a research methodology, which enhances modes of insurgency and engagement of the researcher and the data production path with the experiential knowledge of indigenous teachers about *educating in human rights*. The research was carried out in the Cana Brava indigenous land, territory of the Guajajara people, in Maranhão. This is an excerpt from the master's degree research in education at the Federal University of Piauí (UFPI), from the Education, Diversities, Differences and Inclusion research line, under approval by the UFPI Research Ethics Committee, receiving the opinion drawn up in accordance with the CNPq Ordinance 941/2022, relating to the Scientific Merit of Research, as it presents thought-provoking questions regarding the importance of indigenous knowledge to support *human rights education* policies, decolonizing it. Epistemologically, it aligns with a decolonial and counter-colonial perspective of studies and research, finding in cartography with Deleuze and Guatarri (1995, 2010), Passos and Kastrup (2014), Rolnik (2018) foundations that dialogue with indigenous authors, such as Ailton

Krenak (2020, 2021), Daniel Munduruku (2017), Márcia Kambeba (2020), Viveiros (2014) and others who provide information on Human Rights, such as Candau (2018) e Baldi (2014). Methodologically, the study uses *cultural circles* as a cultural device for the research group made up of indigenous teachers. The Cartography way of researching is also a way of *educating in human rights*, emphasizing experience (Larrosa, 2016), as well as the production of data as a nomadic, circular and community itinerancy, based on the knowledge of local culture in a rhizomatic transversality of resistance. Thus, it is expressed as an insurgency against the coloniality project that subsidized modern science.

Keywords: cartography; knowledge; indigenous; human rights education.

LA INSURGENCIA DE LA CARTOGRAFÍA EN LA PRODUCCIÓN DE CONOCIMIENTO EXPERIENCIAL DE DOCENTES INDÍGENAS EN EDUCACIÓN EN DERECHOS HUMANOS

Resumen

Este artículo analiza el uso de la cartografía como metodología de investigación, que potencia los modos de insurgencia y el compromiso del investigador y el camino de producción de datos con el conocimiento experiencial de docentes indígenas sobre la *educación en derechos humanos*. La investigación se realizó en la tierra indígena Cana Brava, territorio del pueblo Guajajara, en Maranhão. Este es un extracto de la investigación de maestría en educación de la Universidad Federal de Piauí (UFPI), de la línea de investigación Educación, Diversidades, Diferencias e Inclusión, en proceso de aprobación por el Comité de Ética en Investigación de la UFPI, recibiendo el dictamen elaborado de acuerdo con el Ordenanza CNPq 941/2022, relativa al Mérito Científico de la Investigación, ya que presenta preguntas que invitan a la reflexión sobre la importancia de los conocimientos indígenas para apoyar las políticas de *educación en derechos humanos*, descolonizándolos. Epistemológicamente se alinea con una perspectiva decolonial y contracolonial de estudios e investigaciones, encontrando en cartografía con Deleuze y Guattari (1995, 2010), Passos y Kastrup (2014), Rolnik (2018) fundamentos que dialogan con autores indígenas, como Ailton Krenak (2020, 2021), Daniel Munduruku (2017), Márcia Kambeba (2020), Viveiros (2014) y otros que brindan información sobre Derechos Humanos, como Candau (2018) e Baldi (2014). Metodológicamente, el estudio utiliza los *círculos culturales* como dispositivo cultural para el grupo de investigación conformado por docentes indígenas. La forma de investigar de la Cartografía es también una forma de *educar en derechos humanos*, enfatizando la experiencia (Larrosa, 2016), así como la producción de datos como una itinerancia nómada, circular y comunitaria, basada en el conocimiento de la cultura local en una transversalidad rizomática de resistencia. Se expresa así como una insurgencia contra el proyecto de colonialidad que subsidiaba la ciencia moderna.

Palabras clave: cartografía; conocimiento; indígena; educación en derechos humanos.

INTRODUÇÃO

Este artigo é um recorte da pesquisa de mestrado em educação da Universidade Federal do Piauí (UFPI), da linha de pesquisa Educação, Diversidades, Diferenças e Inclusão, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFPI de 6.046.100 e conforme à Portaria 941/2022 do CNPq, que obteve parecer de Mérito Científico da Pesquisa, por apresentar questões instigantes a respeito da importância dos saberes indígenas para embasar políticas de *educação em direitos humanos*, descolonizando-a. Desse modo, o trabalho realiza articulação entre os dois campos. A pesquisa inova ao propor que as definições em torno do conceito de direitos humanos, bem como as

estratégias da educação em e para os direitos humanos, devem ser pensadas levando em conta a epistemologia dos povos originários, assim como seus modos de educar.

Nesta produção, objetiva-se analisar o uso da cartografia como metodologia da pesquisa que potencializa modos de insurgência e engajamento do pesquisador e do percurso de produção de dados com saberes experienciais de docentes indígenas sobre *educar em direitos humanos*. Há base na abordagem qualitativa cartográfica, no método cartográfico de Deleuze (1995, 2010), ao tempo que finca suas bases teóricas nos estudos epistemológicos atuais das relações étnico-raciais, como Ailton Krenak (2020, 2021), Márcia Kambeba (2020), Daniel Munduruku (2017), Viveiros (2014), Silva (2022), Deleuze e Guattari (1995, 2010), Passos e Kastrup (2014), Rolnik (2018), dentre outros teóricos indígenas e que atravessam o campo da *educação em direitos humanos*, confluentes com as perspectivas descolonizadoras e contracoloniais.

Metodologicamente, o estudo faz uma abordagem qualitativa, com o uso da Cartografia (Passos, Kastrup, 2014), envolvendo 08 docentes indígenas como participantes da pesquisa, que trabalham na Unidade Integrada de Educação Escolar Indígena *Wazayw'yžara*, no território denominado terra indígena Cana Brava, na aldeia indígena Santa Maria, no estado do Maranhão.

O artigo foi estruturado em quatro momentos: no primeiro, introduzimos os elementos básicos ao leitor sobre sua objetividade, abordagem teórica e metodológica e pistas estruturantes do corpo do artigo; no segundo momento, trouxemos alguns fundamentos do método cartográfico, destacando seu caráter insurgente por meio do engajamento nas experiências comunitárias e da valorização dos saberes culturais que historicamente foram excluídos da ciência e da educação, como é o caso da cultura indígena; no terceiro momento, são analisados os círculos culturais, elegendo o uso do canto e do maracá como dispositivos da produção dos dados para pensar coletivamente com os docentes indígenas, outros modos de *educar em direitos humanos* a partir dos saberes experienciais de docentes indígenas. Neste momento, é feita uma análise que transversaliza saberes experienciais indígenas, os fundamentos da cartografia e o educar em direitos humanos; no quarto momento, apresentamos pistas inconclusas, no sentido do seu inacabamento, abrindo janelas para outras produções.

INSURGÊNCIA CARTOGRÁFICA

A cartografia como método de pesquisa tem sua origem no pensamento dos filósofos Gilles Deleuze e Félix Guattari, principalmente nos estudos dos cinco volumes, os quais compõem a coletânea “Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia”, publicados pela primeira vez no Brasil em 1995. Em sua concepção, o pensamento, assim como um mapa, possui variados modos de existência, subvertendo a noção de linearidade e exatidão apregoada pelo paradigma positivista eurocêntrico, que serviu para o projeto de colonialidade capitalista.

A abordagem cartográfica apresenta-se como um fluxo de intensidades que ora confluem, divergem, bifurcam, criam curvas e transversalizam o pensamento como mapas traçados, num movimento contínuo e rizomático. Na leitura de Deleuze (1995, p. 43), o rizoma “[...] não é objeto de reprodução, procede por variação, expansão, conquista, captura”. Para esse filósofo, o rizoma se refere a “[...] um mapa que deve ser produzido, construído, sempre desmontável, conectável, reversível, modificável, com múltiplas entradas e saídas, com suas linhas de fugas” (Deleuze, 1995, p. 43). Podemos dizer que no rizoma não se sabe onde é o início nem o fim, pois o princípio pode

ser no meio, em que há um fluxo contínuo de intensidades, que produz dilaceramentos, que muitas vezes se perde até encontrar-se novamente. Por isso, o pesquisador deve estar na sua totalidade, sem reservas dentro processo de pesquisa, para que, assim, possa enxergar aquilo que é imperceptível aos olhos.

Precisamos entender que a cartografia não é um método pronto, tendo em vista que não aponta o passo a passo que geralmente os métodos conservadores impõem como critérios de cientificidade. O que os autores da cartografia fazem é nos sugerir pistas, entendendo a pesquisa como um fluxo aberto e de aberturas ao campo de imanência, à vida, que se inventa ou reinventam no caminho (processo de pesquisa), por considerar o território como um plano comum de atuação dos variados sujeitos que o constituem, partindo da ideia de que sujeito pesquisador e sujeito pesquisado possuem uma relação de dupla captura, um fazendo o outro.

Essa abordagem metodológica é apropriada para pesquisas que envolvem sujeitos, culturas e grupos que historicamente foram violados de seus direitos, como no caso dos povos indígenas, por apresentar um viés democrático, coletivo e de natureza política pelo impacto que provoca nos participantes do processo criador. Nesse ponto, é perceptível também a dimensão insurgente da cartografia como micropolítica, e é nesta confluência discursiva que Suely Rolnik (2018) parte da compreensão sobre a insurreição micropolítica como:

A vontade de preservação da vida que, nos humanos manifesta-se como impulso de “anunciar” mundos por vir, num processo de criação e experimentação que busca expressá-los. Peformatizado em palavras e ações concretas portadoras da pulsação desses gérmenes de futuro, tal anúncio tende a “mobilizar outros inconscientes” por meio de “ressonâncias”, agregando novos aliados às insubordinações nessa esfera (Ronilk, 2018, p. 131).

Assim, é possível pensar em outras abordagens de educação que potencializam as micropolíticas, a exemplo da *educação em direitos humanos* como uma micropolítica transversal, a partir da experiência como transformação de si, como processo de afetamentos, para construir outros modelos de comunidades, um entrelugar, uma teia ou rede de transmissão de saber e poder, atravessando os corpos dos sujeitos da educação, numa espécie de rizoma não centralizado, hierárquico, nem homogeneizado e excludente, mas que potencialize, que exerça seu papel criador e que seja capaz de inventar a vida e novos modos de educar nas comunidades culturais, nas diferenças, como é o caso dos povos indígenas.

Ademais, com a pesquisa cartográfica, assume-se um caráter de insurgência micropolítica, porque se preocupa com o plano comum: o comunitário. Destaca-se a noção de comum como um “[...] conceito político por excelência, já que comum é a experiência de decisão concertada a que somos convocados e mesmos forçados a fazer a partilha do coletivo” (Kastrup, Passos, 2014, p. 21). Assim, “[...] o comum é aquilo que partilhamos e em que tomamos parte, pertencemos, nos engajamos” (idem). Candau (2008) nos faz refletir sobre a “potência que cada pessoa tem”, e que cada um pode ser sujeito de sua própria vida e um “sujeito social”. Nesse sentido, o empoderar e o engajar na cultura indígena dialoga com a autora quando a define como uma “dimensão coletiva” (p. 290), em que a perspectiva deve ser o reconhecimento e a valorização dos grupos socioculturais que são excluídos e discriminados.

Um das principais características desse método de pesquisa está no fato de que o pesquisador se percebe imerso em sua pesquisa, produzindo um processo de transformação de si e de mundos, efeito das intervenções da pesquisa. Assim, assume-se sua natureza interventiva pelo caráter emergente e insurgente produzido na experiência no território da pesquisa. A Cartografia não opõe a teoria à prática, investigação, produção de conhecimentos, e produção de realidade, pois o trabalho se faz pelo engajamento daquele que quer conhecer profundamente o mundo investigado, pelo “[...] compartilhamento de um território existencial em que o participante e, o objeto da pesquisa se relacionam e se determinam” (Silva, 2022, p. 27).

Habitar o território existencial significa percorrer um caminho em sentido duplo: o do processo de aprendizagem e o da transformação qualitativa desse percurso. Para Kastrup (2014, p 15), “[...] é preciso traçar um plano comum”, sem o qual a pesquisa não acontece.

A cartografia é um método de investigação que não busca desvelar o que já estaria dado como natureza ou realidade preexistente. Partimos do pressuposto de que o ato de conhecer é criador da realidade, o que coloca em questão o paradigma da representação. [...]. É intervir sobre a realidade. É transformá-la para conhecê-la (Kastrup, 2014, p. 15-16).

Sendo assim, a cartografia, como um método de pesquisa-intervenção, destaca que a atenção do cartógrafo deve estar aberta ao plano de forças, acompanhando os processos, os quais requerem a habitação de um território, neste caso o território indígena. Ao investigarmos os territórios, subjetividades e paisagens existenciais, muitas delas distantes e estranhas em relação àquelas habitadas pelo pesquisador, adotamos a transversalidade, que são os modos como o pesquisador se porta na pesquisa e trata os dados.

Como diz Silva (2020), essa metodologia converge com outras que tentam quebrar com modelos centrados no viés linear cartesiano, como a sociopoética, que também é um tipo de cartografia:

Sendo um modo de transversalização dos saberes produzidos pelo grupo pesquisador com outros saberes não reconhecidos academicamente, produzindo um conhecimento novo, que tanto altera os saberes experienciais dos que vivenciam o método, como corrobora os saberes disciplinares, institucionais, filosóficos, científicos, causando uma transformação de si e do outro pela experiência e pelas formas descolonizadoras de produção do conhecimento. Assim, faz a descolonização epistêmica e o ensaio democrático de construção do conhecimento, assegurando os direitos à cognição, principalmente aos mais excluídos social, política e cientificamente (Silva; Adad, 2020, p.14).

A experiência com a cartografia evidencia uma abordagem metodológica que produz efeito formativo, assim como um modo de transversalização dos saberes produzidos, com saberes não reconhecidos academicamente. Fato é que a Cartografia se mostra eficiente dentro de qualquer pesquisa, seja qual for a forma escolhida de abordagem. Cartografar é perceber a pesquisa através da experiência, entendendo-a como o “[...] próprio lugar de imanência da vida, dos problemas,

produzindo processos de afecções e afetamentos, ao passo que ganha contorno de acontecimentos” (Larossa, 2016, p. 74).

No trabalho de pesquisa de mestrado do qual resultou este texto, as autoras percebem uma relação fundamental entre o território dos saberes de docentes indígenas e a ideia de cartografia nômade, advinda da matriz conceitual de Deleuze (1995), em sua geofilosofia (Deleuze, 2010). Trata-se de pensar a cartografia nômade como um território, com trajetos costumeiros, de um ponto a ponto, não ignorando esses pontos. Segundo Deleuze (1995), no pensamento nômade, o hábitat não está vinculado a um território, mas antes a um itinerário. Ao trabalhar com os saberes de docentes indígenas, as autoras pretendem imergir os participantes da pesquisa e os leitores numa cartografia de saberes que circula, em longas caminhadas por esses saberes, seguindo e/ou construindo pistas.

A circularidade tem um valor significativo na cultura indígena, assim como na cartografia, tendo em vista que é nesse movimento circular de representatividade que os saberes não se limitam e todos os envolvidos revivem a vida em profundidade crítica. Nesse viés dialético, em diálogo circular e intersubjetivo, todos juntos, em círculo e em colaboração, reelaboram o mundo, em que possam viver como sujeitos livres e não escravizados como objetos.

A referência cartográfica certamente se encontra em sua metodologia andante, que caminha pela comunidade indígena, construindo linhas imaginárias, e, ao mesmo tempo, apresenta-se de maneira muito clara através dos saberes ancestrais. Um cartógrafo não se separa da sua pesquisa. Ele cria juntamente com seu campo pesquisado, pois não sabe o que está por vir, nem o que irá lhe atravessar. Ele vai construindo aos poucos, com seus próprios passos, em sua andança nômade, reconhecendo um território sem delimitá-lo.

Nessa perspectiva, a *educação em direitos humanos*, que ancora esse trabalho de pesquisa com os povos indígenas, abriga-se na visão decolonial, multicultural, transversal dos direitos humanos, rompendo com a perspectiva hegemônica e universalista que o paradigma dominante eurocêntrico construiu. Assim, refletindo com Pannikar (2004), entendemos que os direitos humanos só podem cumprir sua finalidade quando é representativo das diversas culturais, sendo que cada uma delas enxerga através de uma janela que se abre, desafiando-nos a reconhecer que existe uma pluralidade de janelas, uma diversidade, sem que uma seja imposta a outra.

Baldi (2014) vem corroborar esse debate ao destacar o caráter burguês das revoluções que ganharam visibilidade na história de luta pelos direitos humanos e de sua Declaração de 1948, enquanto situa tais eventos como insurreições silenciadas e de caráter anti-sistêmica, a exemplo do ocorrido na Revolução Haitiana (1804) de forma que possamos associar isso às lutas indígenas. Esse autor convoca-nos a uma *educação em direitos humanos* de viés descolonizador, o que muito se assemelha à perspectiva indígena sobre a vida e sociedade comum. Não menos importantes, partimos da concepção de um direito achado na rua (Escrivão Filho, Souza, 2016), dando à *educação em direitos humanos* um caráter instituinte, insurgente e de engajamento social. Assim, partimos de uma concepção de *educação em direitos humanos* na perspectiva apresentada por Candau (2020), ao dizer:

É possível afirmar que a perspectiva decolonial permite radicalizar a proposta de uma educação intercultural crítica. Propõe que situemos a partir de sujeitos sociais inferiorizados e subalternizados, que são negados pelos processos de modernidade-colonialidade hegemônicos, mas resistem e constroem práticas e

conhecimentos insurgentes na perspectiva contra hegemônica (Candau, 2020, p. 681).

Para os povos indígenas atualmente, a *educação em direitos humanos* pode ser compreendida como um meio para que tenham sua cultura e identidade reafirmadas e valorizadas como instrumentos de luta contra os processos de colonização e integração dos povos indígenas à sociedade. Os saberes experienciais de docentes indígenas, ao contrário do que geralmente pensamos, são essenciais para qualquer proposta educativa ousada e que ainda está em via de construção, como é o caso da *educação em direitos humanos*, que tem a vida como seu eixo articulador (Candau, 2003, p. 66), entendendo-a também como uma cultura, um outro modo de educar. Nesse sentido, entendemos a necessidade de descolonizar o pensamento, o ensino e o conhecimento sobre direitos humanos.

Candau (2012, p. 718) afirma que “[...] a luta pelos Direitos Humanos tem sido protagonizada pela busca da afirmação da igualdade entre todos os seres humanos”. Isso, apesar de ter suscitado várias políticas para garantir a igualdade entre todas as pessoas, denunciando as múltiplas desigualdades que precisamos superar para que se assegure a efetivação dos direitos humanos, ainda é uma realidade muito distante, principalmente quando se refere aos grupos excluídos, marginalizados e discriminados pela sociedade.

Carbonari (2008) nos proporciona entender que os processos de *educação em direitos humanos* tomam cada humano a partir de dentro e por dentro, em relação com os outros. Isso significa pensar em uma nova cultura dos direitos humanos, como formação permanente, de afirmação dos seres humanos ou nova institucionalidade e subjetividade. Através da *educação em direitos humanos*, é possível criar uma cultura a partir do entendimento de que toda e qualquer pessoa deve ser respeitada em razão da dignidade que lhe é inerente, uma característica única.

CÍRCULOS CULTURAIS: A PRODUÇÃO DE SABERES INDÍGENAS COM O USO DO CANTO E DO MARACÁ

Utilizamos a cartografia como metodologia de pesquisa na comunidade indígena Guajajara, usando como dispositivos os *círculos culturais*, dos quais vêm também as contribuições de Paulo Freire (1987) na produção de dados, quando ele objetiva o círculo de cultura, que, a rigor, não se ensina, aprende-se em reciprocidade de consciências. A escolha dos círculos culturais se deu ao fato de ser um comportamento típico da cultura indígena, em que todos os saberes seguem uma circularidade passando por todos, em todas as gerações. Quanto ao *corpus*, a pesquisa foi desenvolvida na terra indígena Cana Brava, com indígenas da etnia Guajajara, localizada no município de Jenipapo dos Vieiras, propriamente no Centro-sul do Maranhão, entre os municípios de Barra do Corda e Grajaú, envolvendo 08 (oito) docentes indígenas, que atuam na Unidade Integrada de Educação *Escolar Indígena Wazayw'yžara*¹, aldeia Santa Maria.

A partir da questão norteadora: Que saberes docentes dos povos indígenas potencializam o *educar em direitos humanos*? iniciamos os *círculos culturais*, aos quais os indígenas trouxeram da sua cultura os saberes para a criação dos dados e o que entendem sobre o *educar em direitos humanos*, pois nossa perspectiva na pesquisa sempre foi o de aprender com a cultura indígena, tendo como foco

¹ Significa “a dona do Wazayw”, o *Wazayw* é o adereço que a mulher usa na cabeça, o homem usa o cocar.

a construção de uma cultura em direitos humanos, rompendo com o modelo de ciência e pesquisa colonizador.

A seguir, apresentamos dois (02) desses Círculos Culturais: o Círculo Zawató² e Círculo Wiriri³.

Círculo Zawató, saberes do canto e o Educar em Direitos Humanos

No círculo cultural denominado Círculo Zawató, trabalhamos a técnica de produção de dados com o dispositivo cultural “O canto indígena”. Para os Guajajara, o canto indígena tem uma peculiaridade em sua composição, que vai além da junção de letra e melodia, pois envolve a dança com passos firmes, corpo arqueado, curvado como um arco, a imitação de animais, a pintura corporal, grafismo e os adornos (plumagens e sementes, com suas lindas cores e texturas). Esses elementos integram o canto indígena, caracterizando a alegria da festa, ou a importância daquele momento de celebração ou movimento.

O canto indígena não é somente uma sintonia: ele também é um encontro espiritual e cura para alma, cujos espaços de luta são constantes e movimentos são promovidos. Quando os cantos começam a ser entoados nas concentrações indígenas, todos são convidados a participar: é um momento contagiante e emocionante. Em suas letras, trazem uma música de denúncia e alerta, com sons de lamento, dor ou alegria, que orientam e mobilizam os movimentos.

Através do canto a gente consegue trabalhar o que se passou no passado, o presente e melhorar o futuro, porque a partir do momento que começamos a cantar, traz à memória dos nossos antepassados, dos nossos ancestrais, dos nossos avós, e através disso a gente se fortalece (Cacique Magno Guajajara, 2023).

O canto indígena é uma educação puramente em sonoridade, que vem da alma. Trata-se de uma educação da natureza: tornando-se caminhos, nomeiam lugares e articulam a cartografia da floresta ao movimento dos seus habitantes. É um saber que é sempre pensado na circularidade, sendo que essa dimensão acontece na dança, pois não se separa a dimensão do som da expressão do corpo, que é sempre de um fragmento para o todo, de uma pessoa que absorve o coletivo, permitindo que haja um envolvimento de todos nesse momento de alegria, de trazer à memória a ancestralidade.

Essa ritualidade do canto indígena, quando vivido no processo de pesquisa cartográfica, nos permite fazer desse momento uma *poises*/criação coletiva que passa pelo corpo todo, numa circularidade dançante de produção de sentidos e saberes sobre o *educar em direitos humanos* a partir do modo de vida originário. Essa dimensão envolve a quebra de vários princípios do modelo de ciência colonizadora eurocêntrica, haja vista o ato de religar objetividade e subjetividade na relação entre os sujeitos da pesquisa e análise dos dados, o que, conseqüentemente, quebra com a ideia de neutralidade científica. É possível perceber também a democracia do método, com práticas

² Na língua Tupi-guarani, significa pássaro da mesma espécie do gavião, conhecido pelos indígenas Guajajara pela sua rapidez e agilidade, este foi o nome escolhido para representação da dupla que compôs o canto na língua indígena.

³ Na língua Tupi-guarani, Wiriri significa andorinha, ave que se destaca das demais pela sua agilidade de adaptação e por ser uma ave que vive em bandos.

instituintes e encarnadas na cotidianidade da vida, fundamento dos Direitos Humanos, afirmando “[...] a dimensão celebrativa do Educar em Direitos Humanos” como afirma Horta (2003, p. 135).

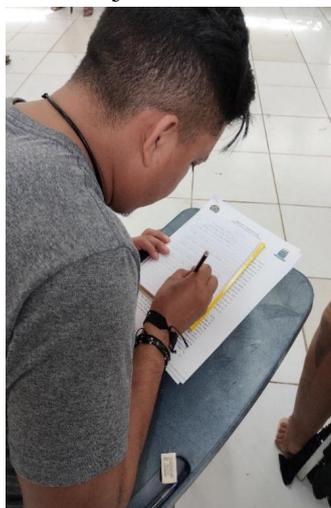
Para Zannoni (2012, p.27), “[...] nos rituais o canto desempenha simultaneamente funções variadas e depende, em parte, do grau de conhecimento, do tempo vivido por cada participante”. Para os anciões da aldeia, a sequência dos cantos tem papel importante dentro de cada ritual celebrado na comunidade; já para os mais novos, esse momento, além de ritual, passa a ser um momento de compreensão e aprendizado sobre a cultura e tradições do seu povo.

Essa experiência do canto indígena como dispositivo de produção na pesquisa faz-nos reforçar a dimensão formativa e transformadora da pesquisa cartográfica com os povos indígenas, pois passa pela experiência que nos toca (Larrosa, 2016) além de nos convocar a pensar a pesquisa como um contínuo movimento circular que desterritorializa e reterritorializa, mas nunca permanece igual, embora apanhe do passado e dos ancestrais a memória que norteia os devires e o sentido da luta. O canto insurge, portanto, outros modos de pesquisar e educar:

Uma nova cultura abre não só o desejo de analisar, comparar, investigar e, portanto, conhecer os vários modos do comportamento humano, mas, também, uma quase que briga para concepção e conceitos, que temíamos ou jamais ousávamos formular, acorrentados à inércia dos nossos próprios padrões. (Galvão, 1996, p.5).

O canto é importante para a cultura dos Guajajara, pois é uma forma de trazer lembranças boas dos seus antepassados. É um momento de reviver a trajetória dos povos indígenas por meio de seus cantos, trazendo, em suas letras, acontecimentos que marcaram a sua história, ao passo que proporcionam fortalecimento espiritual para todos que estão cantando e dançando, obedecendo uma circularidade até o término dos cantos. É pelo canto que se dá o trânsito de saberes consolidados na vivência dos povos indígenas ensinados pelos ancestrais, na cultura de resistência, na ligação transcendente com as forças da natureza.

Figura 01: Momento de criação do canto



Fonte: Arquivos da autora, 2023.

Figura 02: Momento de tradução do canto



Fonte: Arquivos da autora, 2023.

O canto indígena também demarca territórios educacionais políticos e sociais sagrados, relacionando várias formas de se perceber a luta. Como podemos observar em seus cantos, os Guajajara trabalham a memória e a ancestralidade coletiva ou individual, por isso, seu valor é (i)material e único. São comunidades humanas que adaptaram suas formas de vida ao coletivo e ao uso comum do território.

Então, o canto traz um fortalecimento muito grande para o nosso povo, porque quando a gente começa a entoar os cantos, as batidas dos maracás isso traz uma comoção muito grande, e o fortalecimento de se empoderar da nossa cultura (Cacique Magno Guajajara, 2023).

Segundo Kambeba (2020, p. 94) “[...] a música indígena é decolonial: adentra os espaços de conflitos e tem a capacidade de amenizá-los, aquietando os ânimos, acalmando os corações”. Para os Guajajara, esse momento é de grande importância, pois eles têm a oportunidade de ver seus filhos, netos e bisnetos e sobrinhos participando desse momento cultural. Para Geertz, “[...] é com essas emoções, assim exemplificadas, que a sociedade é constituída e que os indivíduos são reunidos” (Geertz 2002, p. 210).

Ao trazer o canto para o círculo cultural da pesquisa, significa também fazer pensar as bases das relações de gênero que atravessam as diversas estruturas, inclusive de pensamento. Assim ocorre quando o grupo cria o *canto da cutia*, cuja centralidade desse círculo se dá no protagonismo das mulheres e seus modos de resistências inspirados nos animais, o que faz pensar num devir animal e devir mulher (Guattari, 1985). Dessa forma podemos observar na letra do canto indígena desenvolvido no Círculo Zawató: “Zecarai paw, Akuxi zegar haw, Aixe ne pynykaw wà, Ere akuxi, Aixe ne pynykaw wà, Ere akuxi, Aixe ne pynykaw wà, Ahe he he há.”. Em português significa: “Este é o local da sua dança cutia. Este é o local da sua dança cutia. Aqui você pode dançar. Ahe he he há” (Magno Guajajara, 2023).

Para os Guajajara, a atuação das mulheres é importante dentro e fora da comunidade indígena. Atualmente, as mulheres estão assumindo um protagonismo muito importante de conduzir as lutas, de assumir o movimento indigenista e, dentro da cultura indígena, elas estão sendo preparadas dia após dia para enfrentar essa luta de frente, sem recuar. Em entrevista à coleção Tembetá (2017), quando questionada sobre a diferença na atuação das mulheres dentro do movimento indígena, Sônia Guajajara enfatiza:

Porque a gente, enquanto mulher que está na frente do movimento, não faz muita diferenciação entre o que é de homem e o que é de mulher. A luta pelo território, por exemplo, sempre foi e continua sendo a principal bandeira de luta do movimento indígena. Independentemente de ser homem ou mulher, o território é fundamental, inclusive para a gente continuar a ser indígena. É um tema que nos une (Sônia Guajajara, em entrevista coleção Tembetá, 2017, p.19).

Como é perceptível na narrativa deste texto, há diálogo entre a perspectiva epistemológica da abordagem de pesquisa e a filosofia indígena, para pensar outro modo de *educar em direitos humanos*, tendo a cultura indígena como campo de imanência. Para os Guajajara, essa maneira de trazer o canto para os rituais e apresentá-lo à sociedade é um instrumento de ensino-aprendizagem, configurando-se como um modo de *educar em direitos humanos* através da cultura. Percebem o canto não como elemento artístico-midiático, mas como elemento sociocultural, ao mesmo tempo

simbólico, identitário e de trabalho. É um momento de manifestação da espiritualidade, trazendo uma comoção a todos presentes, tendo em vista que, no momento em que eles estão cantando e vibrando, acontece uma manifestação de poder, que é ancestral, que acorda seus ancestrais, alterando o fluxo histórico.

Círculo Wiriri, saberes do maracá e o Educar em Direitos Humanos

No Círculo Wiriri, trabalhamos com o dispositivo cultural o *maracá*, instrumento usado nas composições musicais mais tradicionais dos povos indígenas, pois a força que dele emana revigora a alma e pode ser sentida no corpo. O maracá é respeitado e usado não só como instrumento percussivo, mas como mecanismo de sintonia espiritual, de cura, de conexão profunda com o transcendente.

Segundo Viveiros de Castro (2002, p. 14), [...] o maracá é um acelerador de partículas.” Assim como o acelerador de partículas na física ativa os segredos da matéria, o maracá procura descobrir os segredos espirituais que a ele pertence. Já no rito de passagem dos rapazes para a fase adulta, “[...] ele tem uma função particular que serve para apaziguar os espíritos presentes no ritual, ao mesmo tempo em que marca o ritmo da cantoria” (Zanonni, 2012, p. 31).

Na voz do cacique Magno Guajajara, também docente indígena, o maracá carrega o sentido da resistência de seu povo, o que caracteriza sua dimensão insurgente, política:

O maracá, ele simboliza toda a resistência dos povos indígenas. Se a gente está alegre, nós utilizamos o maracá, se a gente vai colher, a gente utiliza o maracá, se há as festas a gente utiliza os maracás, nas lutas, o maracá deve ser usado. Então, o maracá é um dos maiores símbolos de resistências na cultura dos povos indígenas, não só do povo Guajajara, mas você ver que em todas as mobilizações, rituais, festas, você verá tocando o maracá. É um instrumento ancestral, é um instrumento tradicional. E quando a gente utiliza o nosso maracá, mais uma vez traz a memória como o canto, traz a memória dos nossos avós (Cacique Magno Guajajara, 2023).

Os ensinamentos, através do maracá, surgem a partir de recursos da própria natureza, por meio do ambiente natural, não para extinguir, mas com o propósito de preservar a cultura e a natureza. Os povos indígenas têm consciência de que são parte da natureza e irmãos de todos os seres vivos e nunca se desligam do ciclo natural. Novamente, há uma confluência com o pensamento do criador da cartografia, Deleuze, quando fala da geofilosofia (2010) para descrever uma abordagem que produz os sentidos e os conceitos a partir do campo de imanência da terra, de onde os problemas são mobilizadores do pensamento e da filosofia. Esse pensar nos convoca para a construção de uma cultura de direitos humanos que pensa o humano como parte da natureza e a natureza como sujeito de direitos. Então, usar esse dispositivo cultural no processo de pesquisa a torna uma insurgência da *Educação em Direitos Humanos* um treino do que sonhamos ser e fazer.

Figura 03: Criação do maracá



Fonte: Arquivos da autora, 2023.

Figura 04: Finalização do maracá



Fonte: Arquivos da autora, 2023.

Segundo Ailton Krenak (2020, p. 45), “[...] os ciclos da Terra também são os ciclos dos nossos corpos. Observamos a terra, o céu e sentimos que não estamos dissociados dos outros seres”. Os povos indígenas foram desenvolvendo a mesma dinâmica da natureza, um sistema permanente de troca, de coletividade, de coletivização, de modo que, nas sociedades indígenas, não existe concorrência: são sociedades da abundância, que dividem entre si. São seres humanos que resolvem juntos os seus problemas econômicos de comer, de dormir, de se proteger. Essa experiência do maracá indígena como dispositivo de produção na pesquisa e como processo educativo é trazido pela força da leitura que se faz da natureza. Esse processo pedagógico é o caminho que se constrói para transmitir saberes.

Outra característica da educação maracá é ser um instrumento de luta e de resistência para os povos indígenas. Em todas as etnias e em todos os seus movimentos, como as festas e os rituais, sempre vamos ouvir o som do maracá. É um instrumento indissociável da cultura indígena, suscitando o fato de, para os povos ancestrais, o indivíduo não é nada além do que a continuidade da história.

Os Guajajara, ao longo do tempo, foram desenvolvendo sua própria pedagogia, seu próprio modo de transmissão de saberes e, a oralidade é um grande instrumento onde esses saberes são acumulados na cabeça dos mais velhos (Tamuz⁴). Esses se transformam em grandes professores, mestres e sábios. Assim, é possível perceber a importância da memória ancestral, com sua transmissão de saberes, que prioriza os cantos, a dança, a territorialidade, a pintura, os contos, o entendimento com a relação à natureza e, em todos esses momentos, o maracá se faz presente.

⁴ Na língua indígena significa pessoa mais velha, dotada de saberes e conhecimentos.

Outro fator que observamos durante o processo de pesquisa é o tempo para povos indígenas, que corre diferentemente do tempo das culturas ocidentais. Para os indígenas, só existem dois tempos: o passado, o tempo da memória; e o presente, o tempo do agora, que deve ser vivido plenamente. Assim, todo mundo que vive intensamente o presente deve ter um compromisso muito sério com a vida. Vejamos o que diz o indígena Daniel Munduruku:

Quem vive o presente não tem a necessidade de planejar. Planejamento é a tentativa de congelar os acontecimentos que virão. É ter a ilusão de que se está prevendo o futuro. E o futuro é pura ilusão (Munduruku, 2017, p. 51).

O presente é um tempo que nos compromete, porque passamos a ser responsável por tudo o que está à nossa volta, como a ideia do sistêmico. Por exemplo, quando se trata da dimensão de acumular, que é um termo e uma ação colonizadora, é uma das dimensões do futuro. Acumulamos, poupamos, guardamos com a intenção de utilizarmos depois. Os indígenas não sabem o que é o amanhã: eles têm o amanhã como uma promessa que pode nunca chegar. Ainda segundo Munduruku (2017, p. 51), “[...] é muito mais difícil viver o presente [...], enquanto o futuro nos desobriga a olhar para o lado e ver a necessidade diária do outro”.

A resistência, ao longo do tempo, tem sido fator importante e decisivo para a sobrevivência dos povos originários. Eles são o principal alvo, em nosso tempo, de um tipo de violência que inclui a discriminação, uma violência cultural, e que também passa por outras violências, como a invasão desses territórios e o incentivo a um tipo de desenvolvimento e ocupação de algumas áreas onde esses povos vivem, pelo projeto colonial. Então, esses territórios estão sendo, na terra, aqueles pontos de resiliência, aqueles “[...] pontos de do-in no planeta. É como se fosse um do-in no corpo da Terra”, Ailton Krenak (2021, p. 103).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É valoroso analisar o uso da cartografia como metodologia de pesquisa, apresentando alguns de seus fundamentos sobre este método e buscando nesses fundamentos seu caráter de insurgência, sobretudo no que se refere à pesquisa sobre os saberes experienciais de docentes indígenas e o *educar em direitos humanos*. Essa valorização se dá pela diversidade de possibilidades de abordar a realidade social de forma insurgente às velhas formas do pensamento dominante de base colonizadora da ciência e da educação, colocando-se como uma perspectiva inovadora, inventiva e politicamente democrática e inclusiva ao nos propor pensar a educação e os direitos humanos a partir dos saberes indígenas.

Destacamos aqui o próprio jeito de pesquisar como um processo de descolonização fundamental nessa abordagem metodológica de abordagem qualitativa cartográfica. Como pesquisar nômade, caminhamos com a cartografia com a qual tivemos a experiência de nos deixar tocar, atravessar e afetar pelos problemas do lugar da cultura indígena, sendo produzida a transformação de si e de mundo em pequenas partículas, dada a natureza coletiva da produção, a partir de ensaios microfísicos e insurgentes de outros modos de viver e *educar em direitos humanos*, o que expressa o caráter formativo do método numa perspectiva descolonizadora. Isso possibilitou a ruptura das barreiras da indiferença construídas pelo processo de colonização, que gerou

genocídio e violações de direitos pelo domínio capitalista e pelo epistemicídio gerado pelo paradigma dominante eurocêntrico que moldou nosso olhar e nossa maneira de educar.

Assim, essa pesquisa nos possibilitou pensar uma educação do canto e do maracá indígena. São os dois dispositivos escolhidos para esta produção, já que, embora outros tenham sido trabalhados na pesquisa, o formato de artigo não nos permite expandir. Com os saberes de docentes indígenas, aprendemos que a educação do canto, é puramente sonoridade. É uma educação que tem caráter celebrativo da utopia numa mística da alegria. É um conhecimento que é sempre pensado na circularidade, em todas as suas formas de transmitir saberes. O canto é importante para a cultura dos Guajajara, um momento que traz lembranças boas dos seus antepassados, trabalham a memória e a ancestralidade coletiva ou individual através da oralidade por meio das letras das músicas indígenas, sempre partindo das experiências cotidianas.

A Educação maracá é uma educação que surge a partir de recursos da própria natureza. Trata-se de uma educação que ativa a memória, uma herança cultural do tempo dos ancestrais em que estavam harmonizados com o ritmo da natureza. É também um instrumento de luta, de resistência para os povos indígenas, que se baseia na ancestralidade, na circularidade da natureza.

A partir dessas experiências cartográficas, insurge e conflui a visão para outros modos de viver, com os saberes dos Guajajara e com a forma de ensinar dos docentes indígenas, ao tempo em que é possível destacar as contribuições dos seus saberes para outras maneiras de educar, o que nos ousou pensar uma *educação em direitos humanos*, apontados por essas experiências.

Podemos afirmar que a educação como o uso do dispositivo cultural indígena do canto e do maracá já se constitui um modo de *educar em direitos humanos*, ao promover a afirmação da vida como eixo norteador dessa educação e insurgente das experiências cotidianas, atravessadas pela potência da palavra, do canto, da mística comunitária e celebrativa como prática de existência e resistência humana, uma educação integrativa com a natureza e com o outro por meio da circularidade, o que se assemelham ao caráter democrático, participativo e incluso da *educação em direitos humanos*.

O viés desta pesquisa abre perspectivas para novos estudos, a considerar que a cultura indígena apresenta desafios epistemológicos, pedagógicos e experienciais. Então, levando-nos a compreender que na atualidade temos que constituir uma nova relação com essas culturas, não as ensinando como devem ser, mas buscando entender, nesse caminho cartográfico, o que se aprende tanto com os modos de vida quanto com os saberes dos indígenas.

REFERÊNCIAS

BALDI, César Augusto. Descolonizando o ensino de direitos humanos? *Hendu- Revista Latino-Americana de Direitos Humanos*, [S.I.], v. 5, n. 1, p. 8-18. Doi: <http://dx.doi.org/10.18542/hendu.v5i1.1913>.

CANDAU, Vera Maria. Educação em direitos humanos: estudo de caso em São Benedito. In: CARBONARI, Paulo Cezar. *Democracia e Educação em Direitos Humanos numa época de insegurança*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, 2008. p. 136-148.

CANDAU, Vera Maria. Diferenças, Educação Intercultural e Decolonialidade: temas insurgentes. *Revista Espaço Currículo*. v. 13, n. especial54949, p. 678-686 2020. Doi: 10.22478/ufpb.1983-1579.2020v13nEspecial.54949http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O que é Filosofia?* 3. São Paulo: Editora 34, 2010.

DELEUZE, Gilles. Introdução: Rizoma. In: *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. v. 1. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995. p. 11-38.

DELEUZE, Gilles. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 2*, vol. 5 / Gilles Deleuze, Félix Guatarri; tradução de Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. – São Paulo: Editora 34, 2012. (2ª Edição). 264 p. (Coleção TRANS).

ESCRIVÃO FILHO, Antonio; SOUSA JUNIOR, José Geraldo de. *Para um debate teórico-conceitual e político sobre os direitos humanos*. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2016.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GALVÃO, Eduardo, 1921 – 1976. *Diários de Campo de Eduardo Galvão: Tenetehara, Kaióá e índios do Xingu* / Eduardo Galvão; organização, Edição e Introdução de Marco Antônio Gonçalves. Rio de Janeiro: Editora URFJ; Museu do Índio – FUNAI, 1996, 400 p.; 16 x23 cm, il.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GUAJAJARA, Sônia. *Sônia Guajajara*. Organização de Sergio Cohn e de Idjahure Kadiwel. Coordenação de Kaká Werá. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2017 (Coleção Tembetá).

GUATTARI, Felix. *Revolução molecular: pulsações políticas do desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

HORTA, Maria Del Mar Rubio. Educar em direitos humanos: compromisso com a vida. In: CANDAU, Vera (Org.). *Educar em direitos humanos: construir democracia*. 2. ed. RJ: DP&A, 2003. p. 125-139.

KAMBEBA, Márcia Wayna. *Saberes da Floresta*. São Paulo: Jandaíra, 2020.

KASTRUP, Virginia; PASSOS, Eduardo. Cartografar é traçar um plano comum. In: KASTRUP, Virginia; PASSOS, Eduardo; TEDESCO, Silva (Org.). *Pistas do método da cartografia: a experiência da pesquisa e o plano comum*. v.2. Porto Alegre: Sulina, 2014, p. 14 - 41.

KRENAK, Ailton. Ideias para um mundo em desencanto. In: OLIVEIRA, Antonio Leal de; RIBEIRO, Marcia; REY, Laura del. *Cajubi: ruptura e reencantamento*. São Paulo: Incompleta, 2021, p. 100-108.

KRENAK, Ailton. *A vida não é útil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LAROSSA, Jorge. *Tremores: escritos sobre a experiência*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

MUNDURUKU, Daniel. *Mundurukando 2: sobre vivências, piolhos e afetos: roda de conversa com educadores*. Lorena, SP: UK'A Editorial, 2017.

PANIKKAR, Raimundo. Seria a noção de direitos humanos um conceito ocidental? In: BALDI, Cesar Augusto. *Direitos Humanos na sociedade cosmopolítica*. Rio de Janeiro: Renovar, 2004, p 205-238.

ROLNIK, Suely. *Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

SILVA, Maria do Socorro; ADAD, Shara. Decolonialidade, Democracia e Arte da Pesquisa Sociopoética na Educação em Direitos Humanos. *Revista Cocar*, [S.l.], v. 14, n. 30, 2020. Disponível em <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/3611>. Acesso em 28 ago. 2024.

SILVA, Maria do Socorro Borges da. *Filosofia do Chão: experiências e criações de professoras no educar em direitos humanos*. Curitiba: Editorial Casa, 2022.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O nativo relativo. *Mana*, v. 8, n. 1, p. 113-148, 2002. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0104-93132002000100005>.

ZANNONI, Claudio; BARROS, Maria Mirtes dos Santos. A voz dos espíritos: uma abordagem sobre o maracá em sociedades indígenas do maranhão. *Cad. Pesq.*, v. 19, n. 2, p. 27-32, 2012. Disponível em <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/1047>. Acesso em nov. de 2024.

Submetido em 30 de agosto de 2024
Aprovado em 18 outubro de 2024

Zenailde Rodrigues Costa
Universidade Federal do Piauí - UFPI
E-mail: zenarodrigues.edu@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-7618-9565>
Link Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0692689729853323>

Maria do Socorro Borges da Silva
Universidade Federal do Piauí - UFPI
E-mail: msocorrobs@ufpi.edu.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1502-1341>
Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8051399300847942>